A docência negra como um ato de rasura e resistência: memórias e trajetória da professora Ana Célia da Silva

Black teaching as an act of erasure and resistance: memories and trajectory of professor Ana Célia da Silva

Laís da Silva Avelar
Universidade do Estado da Bahia, Brasil
Salvador, BA
laisavelar@uneb.br
https://orcid.org/0000-0002-7116-1691

Recebido em: 11 de abril de 2026
Aceito em: 27 de julho de 2026

Resumo:

Neste artigo, a partir das memórias de professora Ana Célia da Silva, tenho como objetivo pensar as rasuras, enfrentamentos e resistências, costuradas ao longo de uma trajetória docente negra. Para isto, utilizarei de entrevista biográfica feita com esta docente pelo Coletivo Luiza Bairros (CLB/UFBA) num ciclo de entrevistas denominado de "A docência negra no ensino superior no Brasil", atividade que acompanhei como pesquisadora como parte do campo do doutorado. Além desta entrevista, utilizei também outros documentos como fontes, como, por exemplo, o currículo lattes, publicações e trabalhos acadêmicos produzidos por esta docente. Assim, costurando as narrativas de vida da entrevistada com suas construções teóricas, proponho pensar a docência negra como experiência de trauma, mas, também, de rasura e resistência.

Palavras-chave: Ana Célia da Silva. Memória. Docência negra. Trajetória. Resistência.

Abstract:

In this article, based on the memories of Professor Ana Célia da Silva, I aim to reflect upon the erasures, confrontations, and resistances woven throughout a Black teaching trajectory. For this purpose, I utilize a biographical interview conducted with this professor by the Luiza Bairros Collective (CLB/UFBA) during an interview series titled "Black teaching in higher education in Brazil" (A docência negra no ensino superior no Brasil), an activity I accompanied as a researcher as part of my doctoral fieldwork. In addition to this interview, I also drew on other documents as sources, such as her Lattes curriculum, publications, and academic works produced by the professor. Thus, by weaving the interviewee's life narratives with her theoretical constructs, I propose to consider Black teaching as an experience of trauma, but also of erasure and resistance.

Keywords: Ana Célia da Silva. Memory. Black teaching. Trajectory. Resistance.

Pra gostar de ser

Ana Célia da Silva

Ébano, ônix, azeviche, jabuticaba
Olhos de rubi, cabelos de mata
Torcidas raízes, naturais, ornamentais
Presença revivida dos nossos ancestrais
A síntese da noite, petróleo, carvão
Açúcar cande, chocolate e mel
Doçura, alegria, beleza
Luta, conquista, certeza

Introdução

Em 26 de julho de 2021, em meio à pandemia, o Coletivo Luiza Bairros (CLB) divulgou em suas redes sociais uma série de entrevistas com docentes negras do ensino superior. Intitulada "A docência negra no ensino superior no Brasil", esta série, que teve sua estreia no dia 30 daquele mesmo mês, trouxe como primeira entrevistada a Profa. Dra. Florentina Souza.

Como parte da agenda de mobilização política do CLB, esta atividade foi desenvolvida entre julho e novembro de 2021 e todas as entrevistas foram transmitidas ao vivo pelo canal do Coletivo no Youtube. Além da estreante, prof.ª Florentina Souza, a série contou com mais quatro entrevistadas: as professoras doutoras Nadir Nóbrega, Feibriss Cassilhas, Ana Célia da Silva e Nazaré Lima, todas membras do Coletivo, assim como as entrevistadoras[1].

Acompanhei este ciclo de entrevistas como parte da minha pesquisa de doutorado (Avelar, 2023). Naquele trabalho de inspiração etnográfica, a escuta destas cinco docentes negras foi momento fundamental para construção das bases conceituais do que cunhei como *docência negra*. Neste artigo, parto deste acúmulo de pesquisa para ir mais além. Retorno ao meu campo de doutorado, como num "reencontro com imagens e anotações do meu diário de campo" (Leal, 2013, p. 62), para, centrada nas

[1] Com exceção de Prof. Henrique Freitas, todas as demais entrevistas foram conduzidas por mulheres – Hilda França, Edileusa Santos, Ivanete Sampaio e Lindinalva Barbosa. Por isso, ao fazer referência genérica utilizo o termo "entrevistadora".

narrativas de vida da professora Ana Célia da Silva, refletir como as experiências de vida dessa mulher-negra permitem visualizar a *docência negra* como um ato de rasura, forjado pelo ativismo político negro-feminino e preocupado com a justiça social (Collins, 2019).

Assim, no primeiro tópico apresento o Coletivo Luiza Bairros e reflito sobre os cruzamentos de caminhos que tenho com ele. Em seguida, analiso a trajetória de vida pessoal-política-profissional de professora Ana Célia da Silva. Este exercício biográfico tem o propósito de situar as/os leitoras/es em relação à interlocutora e *encarnar/corpo-territorializar* (Souza, 2021; Avelar, 2023) o processo dialógico de elaboração conceitual de *docência negra,* entendida como "um fazer profissional marcado pela condição negra no mundo" (Avelar, 2023, p. 306). Por fim, reflito como as experiências partilhadas pela professora Ana Célia sobre seu fazer-docente permitem pensar a docência negra como um ato de rasura e resistência.

Encontros e reencontros com o Coletivo Luiza Bairros (CLB/UFBA)

O Coletivo Luiza Bairros é formado por docentes, técnicas/os, discentes da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pessoas de outras universidades, de movimentos sociais e da sociedade civil organizada. O CLB, como ele é popularmente conhecido, atua no enfrentamento do racismo institucional na UFBA a partir de diferentes estratégias de luta. A leitura do *Manifesto de Fundação do Coletivo Luiza Bairros*[2] foi importante para rememorar datas e ações constitutivas do CLB, que, naquele momento de campo do doutorado já se embaralhavam na minha cabeça.

Logo nas primeiras linhas, localizando a criação de "mais uma articulação negra" dentro da trajetória de resistência do povo negro brasileiro e a partir da compreensão de legado das comunidades negras como conjunto de saber, como "pedagogia norteadora", o CLB demarca seus modos de ação e reflexão em torno dos seus objetivos:

[2] Este Manifesto está disponível em https://medium.com/@coletivoluizabairros/manifesto-de-funda%C3%A7%C3%A3o-do-coletivo-luiza-bairros-44848741911e. Acesso em: 11 set. 2024

> O acúmulo legado pelas comunidades negras ao longo do tempo, seja em África ou na Diáspora, apresenta-se como a real pedagogia norteadora dos processos de enfrentamento e resistência popular negra ao longo da história do Brasil. Fazer um trabalho de memória sobre os sujeitos, os projetos, os movimentos de contestação à estrutura racial desigual desse país denota a emergência de discutirmos um novo projeto de Estado, onde o racismo deixe de ser o elemento fundante do campo institucional e onde haja o reconhecimento dos saberes e cosmovisões afrocentrados com dignidade e respeito. (CLB, 2017)

É preciso contextualizar o processo de criação do CLB e para isso é importante trazer pra cá a memória de Denise Carrascosa, intelectual, militante e professora negra do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia e uma das fundadoras do Coletivo[3]. Em 2015, professora Denise, era a única docente negra no seu departamento e, naquele momento, ela lembra de debater com colegas, todos/as eles/as brancos/as, a política de ações afirmativas implementada na modalidade de cotas para ingresso de docentes nas universidades públicas federais:

> [...] e eu lembro das guerras – e a palavra é exatamente essa – que eu tive que travar sozinha em 2015 com o meu departamento porque havia um boicote estratégico, consciente, institucional do meu departamento à entrada de professoras negras. A gente não via ninguém entrar, a despeito da lei estar em vigor há quase um ano. E eu não via nenhum outro professor negro entrar em outro departamento do Instituto de Letras. Totalmente esgotada emocionalmente, eu fui buscar outros colegas negros e negras da Universidade Federal da Bahia. E busquei a professora Florentina Souza, que você cita, que foi minha única professora negra no mestrado e no doutorado, [professora] de crítica literária, teoria literária, literatura brasileira e busquei outras colegas e outros colegas negros que lá estavam em 2015. (Carrascosa, 2023)

É ali, em 2015, que professora Denise situa "a gênese do Coletivo Luiza Bairros" e como ela bem explica, ao falar em gênese, não está se referindo à origem, "filosoficamente eu estou falando de um conjunto de relações e um conjunto de

[3] Estas memórias-narrativas da professora Denise Carrascosa foram contadas na banca de defesa do doutorado, em novembro de 2023. Muitas narrativas sobre o CLB e sobre a experiência de ser docente negra surgiram neste momento de defesa que foi gravado. Seguindo o conselho dado pela própria professora, utilizo deste material como documento, registro importante

motivações que estabeleceram um acontecimento político" (Carrascosa, 2023). Buscando outras/os docentes negras/os da universidade, professora Denise conta ter reunido algumas/alguns colegas na sala do *Traduzindo no Atlântico Negro*, grupo de pesquisa que coordenava à época. Algumas/alguns daquelas/es docentes, inclusive, iriam mais tarde ingressar no que viria a se construir como Coletivo Luiza Bairros (CLB); mas ali, naquele dia, o chamado tinha sido pra debater sobre o racismo institucional presente na universidade, que entre outras evidências se apresentava de forma flagrante na sabotagem à política de ações afirmativas para contratação de docentes negras/os no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia.

Um dos momentos precursores da construção do que mais tarde seria nomeado como Coletivo Luiza Bairros, aquele primeiro encontro é reconstruído pelas memórias-narrativas de professora Denise Carrascosa como um momento que serviu "pra comparar as experiências, pra saber o que estava acontecendo nos departamentos deles e delas. E, dali, vimos que isso era sistemático no Instituto de Letras" (Carrascosa, 2023).

Notando que se tratava de uma prática racista institucional, professora Denise decide convidar, para uma outra reunião, o advogado, militante, intelectual e professor negro da Faculdade de Direito da UFBa, Samuel Vida. Neste encontro, foi discutido aquilo que professora Denise (2023) nomeia como "boicote do corpo docente no Instituto de Letras".

Naquele mesmo ano, antes do surgimento do CLB, professora Denise relembra que houve a construção de outro coletivo de docentes negros/as na Universidade Federal da Bahia (UFBA): "nós formamos em 2015 um grupo de professores e professoras negras chamado NETAFRO, esse grupo continua até hoje, ele tem 8 ou 9anos, e inclusive se ampliou para professoras e professores indígenas e que trabalham com questões indígenas, virou o NETINDIAFRO" (Carrascosa, 2023).

Em 2016 foi o ano em que "toda a comunidade acadêmica [da Universidade Federal da Bahia] esperava ansiosa a realização do Congresso pelos 70 anos da UFBA convocado pela Administração Central [da universidade]" (CLB, 2017). Havia um clima de expectativa de efetivação de uma promessa de campanha do reitor, o Prof. João Carlos Salles, quando ainda candidato, de realização de um Congresso que fosse um espaço de reunião e planejamento e de "rediscussão do projeto de universidade", visando, a partir do debate e difusão de ideias, a construção de uma real "Universidade

pública, gratuita, aberta, socialmente produtiva e etnicorracialmente diversa" (CLB, 2017).

A expectativa e mobilização giravam em torno de uma discussão concentrada que promovesse mudanças necessárias dentro de uma universidade ainda "baseada em valores, crenças, fazeres e epistemologias cunhadas num monoculturalismo eurocêntrico", que inferioriza "outras matrizes civilizatórias na enunciação de um discurso de conhecimento", rejeita outros "sujeitos do saber" e que "negligencia o enfrentamento direto aos seus problemas cotidianos, a exemplo dos rotineiros casos de racismo, sexismo, homo-lesbo-transfobia, discriminações de cunho socioeconômico, regional" (CLB, 2017). Diferente do que se esperava, entre os dias 14 e 17 de julho de 2016, o Congresso aconteceu com uma "programação extensa e fragmentada [que] pulverizou os reais objetivos que mobilizaram toda a comunidade acadêmica à participação" (CLB, 2017).

Na sequência do evento, o Programa Direito e Relações Raciais (PDRR), alocado na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, decidiu fazer uma reunião de avaliação do Congresso. Para isso convidou pesquisadores, estudantes, grupos da comunidade acadêmica da UFBA que, durante a realização do Congresso, tinham debatido sobre questões relacionadas às relações raciais e à Universidade. Dessa reunião, se conseguiu chamar uma audiência pública com a presença do reitor, ocorrida no dia 19 de agosto de 2016 na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia.

O professor Samuel Vida, coordenador do PDRR, ciente da mobilização que professora Denise estava fazendo no Instituo de Letras, a convidou para aquela audiência com o reitor. Professora Denise Carrascosa relembra:

> Eu faço um documento de véspera, fazendo uma série de formulações e exigências, porque eu sabia que o reitor ia estar lá e solicito aos meus colegas negros e negras do Instituto de Letras apreciação e eles apreciam e assinam, corroboram com a argumentação. E corroboram, assinam esse documento, e eu levo esse documento escrito para a reunião com o reitor. Professor Samuel me chama pra sentar à mesa, ali na Faculdade de Direito e então nós fazemos o debate com a reitoria. (Carrascosa, 2023)

Naquela audiência foram compartilhadas percepções sobre o Congresso e apresentadas medidas que deveriam ser urgentemente tomadas pela Universidade.

Conforme registro do *Manifesto de Fundação do Coletivo Luiza Bairros*, foram demandadas, entre outras pautas, a aplicação imediata da Portaria Normativa nº 13, de 11 de maio de 2016, do Ministério da Educação, que determina às Instituições Federais de Ensino Superior a apresentação de propostas de inclusão de ações afirmativas nos cursos de pós-graduação; a regulamentação da reserva de vagas nos concursos docentes, aplicando-se a política de cotas para o número global de vagas do certame; a fiscalização da aplicação da política de reserva de vagas para ingresso de estudantes dos cursos de graduação; e o enfrentamento ao racismo institucional no âmbito da UFBA (CLB, 2017).

Naquele encontro com a reitoria, na Faculdade de Direito da Universidade Federal, em agosto de 2016, se "agregam forças de institutos diferentes" para pressionar a reitoria em relação à dinâmica racializada da universidade e o racismo acadêmico é expressamente denunciado na mesa por docentes negras/os da instituição, como rememora professora Denise. Neste mesmo dia foi feita uma convocatória para outro encontro, acontecido no NEIM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, programa de pós graduação em estudos feministas, localizado na Faculdade de Filosofias e Ciências Humanas da UFBA:

> professoras negras do NEIM estão nessa reunião, e eu vou destacar o nome da professora Janja Araújo [...]. Professora Janja que inclusive tem um grupo de capoeira de mulheres aqui em Salvador [Denise ri com alegria, admiração quando fala isso]. Nós estamos discutindo um coletivo de docentes negras/os, técnicas/os, estudantes e a gente diz: "como vai ser o nome desse Coletivo?". A gente tá ali entre setembro e outubro de 2016, agora eu não me lembro, e a Janja diz "só pode ser Luiza Bairros!". É uma mulher negra que nomeia esse coletivo! Automaticamente eu dei um pulo e disse "é isso mesmo!". E aí todo mundo também vai na sequência e a gente nomeia o Coletivo. Eu não sei quem estava ali naquele momento de formação, mas ali, no NEIM foi formado o Coletivo Luiza Bairros. Então é simbólico que isso tenha ocorrido. [...] se movimentam mulheres negras, principalmente, em unidades da Universidade Federal da Bahia. Porque Luiza, nossa ministra, primeira ministra da Igualdade Racial do país, que ainda era uma secretaria, ela nomeia esse Coletivo. Então é um Coletivo que tem um grande fundamento feminista. (Carrascosa, 2023)

Neste contexto de constrangimento institucional, mobilização política em torno da pauta racial na Universidade Federal da Bahia e de discussão do papel das professoras negras, a partir de seus próprios termos e luta, é que surge o Coletivo Luiza Bairros, fruto da organização de professoras negras de diferentes institutos da UFBA e batizado por uma intelectual-docente-capoeirista negra, Janja Araújo, para "referenciar a memória e o legado da intelectual Luiza Bairros como inspiração intelectual, educacional e política" (CLB, 2017). Pelas memórias de professora Denise Carrascosa é possível preencher silêncios presentes em documentos textuais, como o *Manifesto*. Seu exercício de memória-narrativa é fundamental para reconstruir, reelaborar e registrar esse período de construção e elaboração do CLB, um dos coletivos negros mais importantes da história da Universidade Federal da Bahia, idealizado e mantido pelas mobilizações teóricas e políticas de mulheres negras, um coletivo de fundamento negro-feminista.

Amarrando denúncias que nunca deixaram de ser feitas dentro da comunidade acadêmica da UFBA, especialmente por docentes, discentes, técnicos negras/os e grupos de pesquisa centrados no debate racial, o CLB reúne em torno de si uma força coletiva que, antes de tudo, tem como uma das estratégias de resistência a nomeação das experiências vividas na Universidade Federal da Bahia. "Racismo institucional", "epistemicídio", "supremacia branca", "branquitude do corpo docente", "necropolítica", são evocados, não como retórica, e sim como os nomes devidos para a significação de experiencias vividas, significação daquilo que é da ordem do *diversas vezes vivido* no espaço acadêmico-universitário por sujeitos negras/os.

Desde o seu primeiro Manifesto (CLB, 2017), o Coletivo aborda os efeitos de uma "infraestrutura desigual do ponto de vista etnicorracial" numa instituição educacional pública como a UFBA. O CLB chama atenção para processos de adoecimento psíquico/físico e para o epistemicídio partindo de denúncias sobre a crescente busca pelo serviço médico da universidade (SMURB), em especial por discentes negros e pobres; denuncia uma produção de saber marcada tanto pelo distanciamento da realidade social da maioria daqueles que vivem no estado da Bahia e no Brasil, como pela negação dos corpos de sujeitos negros e indígenas e do conhecimento produzido por eles. Esta *força nomeativa* é acompanhada da identificação de "circuitos viciosos" e de "artifícios de distorção" costurados no espaço brancocêntrico da Universidade:

> Do ponto de vista pragmático, em nossa Universidade Federal da Bahia, que acaba de completar 70 anos, o problema acima identificado se reflete nitidamente na existência de corpos docentes predominantemente brancos contra corpos discentes negros, quadro que se agrava ainda mais nos nossos programas de pós-graduação, com índice muitíssimo menor de discentes negrxs. Logicamente, há um circuito vicioso que, em promovendo a formação especializada em Mestrados e Doutorados de uma maioria branca, disporá sérios obstáculos à formação de futuros corpos docentes negros para a ocupação das vagas reservadas em cargos públicos federais para professorxs, dificultando a aplicação da Lei 12.990/2014, que estabelece cotas raciais para 20% das vagas de concursos públicos federais. Quanto a essa aplicabilidade na UFBA, segue uma denúncia: a Lei exige a composição de, no mínimo, 3 vagas, para a consequente reserva racial de 1 vaga a cada 3 que se publiquem por edital. Nossos editais, entretanto, estão publicando menos de 3 vagas por Instituto em departamentos diferentes e em hiatos muito curtos de tempo, desconsiderando e inviabilizando a aplicabilidade da Lei referida [...]. Os membros desse coletivo na referida reunião pública alertaram a gestão da UFBA sobre essa perigosa "distorção" [...]. (CLB, 2017)

Além do "Manifesto de Fundação" (CLB, 2017), há um outro importante documento elaborado pelo Coletivo, o "Manifesto pelo enegrecimento do corpo docente da UFBA" (CLB, 2018). Produzido em 2018, registra a conquistada Resolução nº. 01/2017 que institui normas para procedimentos, editais e reservas de vagas nos processos seletivos da Pós-Graduação *stricto sensu* da UFBA, resultante de lutas e debates protagonizados pelo Coletivo e a sociedade civil organizada. Mas, além de memória dos avanços, este Manifesto de 2018 é também continuidade da "agenda programática assinada por centenas de intelectuais, ativistas e representantes do Movimento Negro do Estado da Bahia, no dia de fundação do Coletivo Luiza Bairros" (CLB, 2018).

No bojo do compromisso com o enegrecimento do "espaço de produção de saberes críticos", este novo documento sistematiza críticas e apresenta proposições frente à constituição étnico-racial do corpo docente da UFBA que, naquele momento, segundo um "mapeamento provisório estava composto por mais de 90%, branco e/ou não negro" (CLB, 2018). Numa reunião do Conselho Universitário (CONSUNI/UFBA) que tinha como pauta a reserva de vagas para pessoas negras nos concursos para

docente, este documento foi apresentado pelo Coletivo junto com uma Nota Técnica e uma Minuta de Resolução para implementação de um Programa de Ações Afirmativas em prol do enegrecimento do corpo docente.

Documentando a jornada de enfrentamento do Coletivo, estes Manifestos, Nota Técnica e Minuta de Resolução se somam e são resultados de diferentes intervenções políticas mobilizadas pelo CLB no espaço da universidade e fora dele. Uma rápida pesquisa nas redes sociais[4] do Coletivo dá uma ideia da agenda intensa de ocupações e mobilizações políticas composta por uma variedade de atos. São diversas ações, que vão desde a eventos em homenagem à intelectual e militante negra Luiza Bairros, que dá nome ao coletivo; passando por reuniões abertas, debates e audiências públicas – frequentemente realizados no CEAO, sede do CLB – sobre temáticas como "empretecimento" do corpo docente da UFBA, as cotas na pós-graduação, as lutas das mulheres negras pela educação para as relações raciais, Universidade, democracia e racismo; até diversos ciclos formativos[5].

Observando os cartazes e fotos de divulgação destes eventos, noto o auditório Milton Santos, no CEAO/UFBA, lotado durante reuniões e formações puxadas pelo Coletivo. Olhar para aqueles registros fotográficos e ver reuniões e encontros compostos maciçamente por pessoas negras e que, de tão lotados, tinham diversas pessoas acomodadas no chão, nas escadas, me faz pensar como uma das vias de resistência tecida pelo CLB se dá na própria ocupação, aglutinação, aquilombamento de corpos negros no território físico acadêmico.

Olhar para aquelas fotos é também reconhecer muitas parceiras/os, a maioria delas/es companheiras/os do PDRR, grupo que faço parte desde 2016. Entre cartazes/cards relembro de momentos que estive presente, como na Formação de Mulheres Negras contra o Fascismo, dia em que vi e ouvi Lindinalva Barbosa, Tatiana Emília Dias Gomes, Gabriela Ramos, Eli Laíse de Deus, Denise Carrascosa e, pela primeira vez, Patrícia Hill Collins. O resgate do caminho do CLB, a partir das fotos e

[4] O CLB conta com três canais de divulgação de informação: perfis no Facebook e Instagram e o canal do Coletivo no Youtube.

[5] Registro alguns dos ciclos formativos catalogados a partir das redes sociais do Coletivo: Ciclo Formativo Luiza Bairros/UFBA com a presença do professor Tukufu Zuberi, realizado em novembro de 2016; I Ciclo formativo Antiracista – O que significa ser negrx na UFBA?, realizado de abril a novembro de 2018; Formação de Mulheres Negras contra o fascismo, realizado em outubro de 2018; ciclo formativo Aprendendo a Transgredir: o racismo institucional na universidade, realizado entre os meses de setembro a outubro de 2020.

cartazes dos eventos e dos registros textuais, apresenta nossas proximidades, "coincidências"[6]; e ao mesmo tempo que ajuda a situar o Coletivo no tempo-espaço, me permite relembrar os meus/nossos cruzamentos de caminho.

PDRR e CLB possuem trajetórias cruzadas, havendo sujeitas/os que circulam entre eles, como Maurício Araújo, Gabriela Ramos, Vitor Marques, Tatiana Emília Gomes, Alex Onilodé, Bárbara Carine, Samuel Vida, Ivana Freitas. Além disso, há uma história forjada pela elaboração de documentos em conjunto, por intervenções em que são apoiadores um do outro, pelo contexto político de constrangimento institucional na UFBA e pelo projeto maior de luta e resistência negra. Esses fluxos alimentam as trocas que já aconteciam muito antes da existência dos dois grupos, através de mais velhos que os compõem/compuseram, como Denise Carrascosa, Samuel Vida, Lindinalva Barbosa, Maurício Araújo, Ana Célia da Silva, Ivana Freitas, Nazaré Lima, Edson Cardoso e tantas/os outras/os professoras/es-intelectuais-militantes negras/os.

A memória de professora Denise Carrascosa, além de ajudar a cartografar melhor as atividades realizadas pelo Coletivo, permite perceber as relações e agências tecidas entre diversas mulheres negras docentes da UFBA e de outras instituições de ensino para que as atividades aconteçam:

> A gente faz uma atividade com arte, em 2018, que se chama "Artes dos corpos negros nos espaços intocados da UFBA" e professoras negras dançam [Denise fala enfaticamente], ali no palco da Faculdade de Dança, no Teatro do Movimento, dentro da Universidade Federal da Bahia. Eu, inclusive sou uma delas. No Fórum Social Mundial, a gente recebe a professora Nilma Lino Gomes numa mesa [...]. Numa das atividades de pandemia, em 2020, a gente fez, também online, um trabalho chamando Sueli Carneiro. A gente sempre fazia esse destaque a essa figura de Luiza, em data de morte, data de nascimento, e se você observar nós chamamos a Sueli Carneiro. Eu estou trazendo essas questões porque elas definem essa natureza feminista negra do Coletivo Luiza Bairros. Essa atividade que você chama atenção em que a Patrícia Hill Collins esteve com a gente no auditório do PAF III, ela se

[6] Ao relembrar este evento organizado pelo CLB, penso nos "mistérios" que atravessam os caminhos de se fazer pesquisa. Lembro da minha ansiedade, naquele evento, para conhecer Patricia Hill Collins. Naquele momento, em 2018, estava no primeiro ano do doutorado e ainda dentro do tema anterior de pesquisa, que tinha a ver com o tema desenvolvido anteriormente no mestrado sobre segurança pública e racismo em territórios negros de Salvador. Ali, não imaginava que, pouco tempo depois, a leitura do "*Pensamento Feminista negro"* de Collins seria um lugar muito importante para a reorientação dos meus caminhos no doutorado.

> configurou da seguinte forma, se eu não me engano: ela [Patrícia Hill Collins] foi convidada e trazida pelo Programa Cor da Bahia, que é coordenado por uma mulher negra da Faculdade de Filosofia, professora Paula Santos, ou foi pelo Coletivo Ângela Davis, lá de Cachoeira da UFRB, coordenado pela professora Ângela Figueiredo, eu não tenho certeza. Eu sei que o grupo que eu coordenava na época, Traduzindo no Atlântico Negro, sabe que a Patrícia Hill Collins está vindo e a gente convida Patrícia [Hill Collins] através do agenciamento com essas duas outras professoras negras. Eu convido a Patrícia Hill Collins e esse grupo de pesquisa que eu coordenava, também feminista negro, vai traduzir a Patrícia Hill Collins [durante o evento], a gente não deixa qualquer pessoa traduzir, são mulheres negras, principalmente, traduzindo a Patrícia Hill Collins. Então, é a Jess Oliveira, que traduz a Grada Kilomba, que você está usando, que ta lá no palco com a Patrícia Hill Collins, que é orientanda minha de doutorado. Então, veja que há um fundamento todo feminista negro. (Carrascosa, 2023)

Em julho de 2021, dando continuidade a sua agenda política, o CLB anunciou mais uma atividade, a série de entrevistas virtuais que tinha como propósito ouvir e registrar a memória de docentes negras e nomeada de "A docência negra no ensino superior no Brasil". Como narra professora Denise, "docência negra", presente no título, é fruto de longos processos de trocas e reflexões partilhados por professoras e intelectuais negras:

> eu me recordo quando sugeri ao Coletivo Luiza Bairros esse título "docência negra", numa reunião virtual do coletivo, já estávamos em pandemia, ela veio de uma conversa que tivemos, eu, professora Florentina, professora Leda Maria Martins, professora Luciana Brito, professora Evani Tavares, da faculdade de Teatro, professora Edileuza Santos, da faculdade de Dança. Foram conversas várias ao longo da pandemia, em que nós conversávamos sobre o nosso papel de professoras negras dentro da UFBA e das dificuldades. Então, vem exatamente desses lugares de traumas que você nomeia, depois com as professoras de Direito [...]. Lembro que vinha dessas conversas, dos telefonemas que a gente fazia durante a pandemia, das chamadas de vídeo, da gente parar e conversar sobre isso, com minha grande amiga, professora Florentina Souza. (Carrascosa, 2023)

Diante de tudo isso, recosturar os fios da memória, relembrar as aproximações entre mim e o CLB, nossos cruzamentos de caminhos, me leva a compreender o encontro com o CLB na pesquisa de doutorado como um reencontro, uma

reaproximação com um Coletivo que de muitas formas se cruza na minha caminhada e é um lugar de referência e formação. E, foi como entrevistada do CLB, no já referido ciclo de entrevistas denominado de "A docência negra no ensino superior no Brasil", produzido em 2021, que conheci de forma mais profunda a interlocutora central deste artigo, a professora Ana Célia Silva.

Memória e trajetória de Ana Célia da Silva: fragmentos da vida de uma intelectual, militante e professora

"Doçura, alegria, beleza/Luta, conquista, certeza" (Silva, 2021) estes dois últimos versos do poema trazido na epígrafe deste artigo sintetizam bem a quarta entrevistada do ciclo de entrevistas promovido pelo CLB, professora Ana Célia da Silva, também poetisa e autora de *Pra gostar de ser*. A entrevista começou pontualmente e, do outro lado da tela, a fala doce, calma e a elegância de uma senhora – que disse estar nervosa – se misturavam ao seu olhar altivo. Meus olhos estavam fixos na tela do computador. Na imagem, ao lado, estava Lindinalva Barbosa[7], a entrevistadora daquele dia.

Conheço Ana Célia e Lindinalva Barbosa como referências do Movimento Negro e de lutas no campo da educação, especialmente por uma educação de enfrentamento ao racismo. Na apresentação emocionada que Lindinalva Barbosa fez para a entrevistada, ela destacou como Ana Célia representa "uma referência de luta, de compromisso político, de organização, de intelectual, de docente negra [...] é uma pessoa que a gente encontra todos os dias, pelo menos há uns 50/60 anos nas lutas, a gente encontra com Ana Célia todos os dias, em todos os lugares" (Silva, 2021). São duas mulheres que já acompanhei em atos/eventos acadêmicos-políticos organizados pelo movimento negro em Salvador-Bahia e por quem já tinha muita admiração.

[7] Importante militante do movimento negro, Lindinalva Barbosa é mestra em Estudo de Linguagens pela Universidade do Estado da Bahia. Atualmente é aposentada do serviço público federal exercido na Universidade Federal da Bahia e tem atuação nos temas de literatura negra, religiões de matriz africana, educação para as relações étnico-raciais e de gênero, história e cultura afro-brasileira. "Lindi", como carinhosamente é chamada por aquelas/es que a conhecem, é uma figura reconhecida por sua importância na luta política em defesa da população negra e com forte atuação dentro dos movimentos de mulheres negras na Bahia. É também uma das integrantes do Coletivo Luiza Bairros (CLB), responsável também pelo seu processo de fundação.

"Expertise em temáticas sobre educação afro-brasileira, sobre pedagogias, ensino, enfim, sobre educação no sentido mais amplo que possa ter, e sobre educação a partir da proposição da história da África, da história africana e afro-brasileira" (Silva, 2021), como dito por Lindinalva, Ana Célia é também integrante do Conselho Consultivo do CLB – coletivo que a entrevistadora também integra – e "fundadora do Movimento Negro contemporâneo" (Silva, 2021). Este último destaque feito pela entrevistadora foi, logo a frente, corrigido pela entrevistada:

> Quero fazer uma retificação rápida, que eu sou apenas uma das fundadoras do Movimento Negro, mas quando eu cheguei lá, em maio de 78, já havia o Grupo Negro. Quem me levou foi Oberico Paiva, [...] já estava lá Ivete Sacramento, tava lá a nossa secretaria de cultura, Arany Santana [cita alguns outros nomes de militantes que estavam no momento inicial do MNU]. Eu fui levada por Oberico, em maio de 78, e em julho, dois meses depois, quando é instituído o MNU, eu estava realmente presente quando elaboramos uma carta e levamos pra São Paulo [...]. (Silva, 2021)

Dias depois, em conversa com professor Maurício Araújo, descobri que Jônatas Conceição, citado algumas vezes durante a entrevista, é irmão de professora Ana Célia. Entre tantas coisas em comum entre os dois – poeta e poetisa, escritor e escritora, professor e professora – foram juntos fundadores do MNU (Movimento Negro Unificado) no final da década de 70. Importante escritor, poeta, militante e intelectual baiano, Jônatas Conceição "fez da escrita de si uma forma de intervenção na vida literária, cultural e política brasileira" (Souza, 2011, p. 40). Esta vida singular que atravessa a vida nacional é mais um dos traços comuns entre ele e sua irmã.

É também de Jônatas Conceição o prefácio da primeira publicação de Ana Célia Silva (2010) sobre a discriminação do negro no livro didático:

> Todos nós afro-descendentes tivemos, no Brasil, pelo menos uma experiência traumática relacionada à questão racial na escola. Não peco pela generalização. Também não quero remover memórias. Basta o título deste texto. Mas logo na escola, lugar para aquisição de múltiplos saberes, que há espaço para traumas raciais? (Conceição, 2010, posição 69)

A denúncia e preocupação de Jônatas Conceição (2010) sobre os traumas raciais experimentados por pessoas negras nos espaços educacionais são também questões trabalhadas por professora Ana Célia da Silva como parte central de suas reflexões de pesquisa e atuação política.

Logo na primeira pergunta feita pela entrevistadora sobre "como foi esse percurso de se descobrir, de se encontrar como uma menina negra, mulher negra, até chegar a professora da UNEB[8]" (Silva, 2021), Ana Célia partilhou experiências que ao mesmo tempo que particularizam e compõem a memória de si, registram fatos e acontecimentos políticos constitutivos da história da resistência negra no Brasil, sobretudo em termos de atuações e conquistas no campo das políticas afirmativas e educacionais.

Narrando estes caminhos, ela diz de "um percurso problemático" (Silva, 2021) de uma mulher negra que, na década de 60, com 20 anos de idade, termina o ginásio e, em 1963, o curso pedagógico no ICEIA, colégio público de Salvador.

Entre 1965-68, Ana Célia fez graduação em Pedagogia na Universidade Federal da Bahia (Silva, 2017) e, logo no primeiro ano de curso, entrou para o Diretório de estudantes: "eu não sei como eu me meto nessas coisas", comentou ela num tom bem humorado (Silva, 2021). Naquele momento, o curso de pedagogia era na "faculdade que chamava de Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas [...] eram vários cursos juntos e o maior sonho da ditadura era desestabilizar aquela faculdade, diziam que era um foco de comunistas. Não sei onde eles viam tanto comunista!" (Silva, 2021). Durante quase todo este período da graduação, Ana Célia trabalhou como servidora pública ligada ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB), exercendo a função de datilógrafa (Silva, 2021).

Ao se formar em Pedagogia, em 68, ela se afastou da vida acadêmica e mergulhou na militância: "Eu sou uma das fundadoras do Sindicato atual de professores do Ensino Médio da Bahia, que na época era Associação de Professores Licenciados – Seção da Bahia. Eu e mais quatro colegas reabrimos em 69" (Silva, 2021). Neste momento da entrevista, ela relembrou os nomes dos quatro amigos que, nos idos de 1969, em plena ditadura militar, estavam com ela saindo de um bar no bairro de Nazaré, em Salvador, quando, passando pela frente de onde funcionava a antiga associação de

[8] A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) é uma universidade estadual pública que alcança diversos territórios da Bahia. Ressalto seu pioneirismo e importância na implantação das políticas afirmativas no ensino superior e destaco, ainda, a relevante composição negra de seu corpo discente.

professores, fechada logo no início do golpe, resolveram tirar os tapumes da porta e entrar: "no outro dia nós fomos pensar: 'meu Deus nós abrimos um *negoço* que a ditadura fechou!'. Aí passamos por lá e tava lá, ninguém tinha mexido, aí limpamos" e retomaram as atividades (Silva, 2021).

A sua atuação no movimento sindical é também narrada a partir das sensações de apagamentos e invisibilizações: "Nessa época não se falava de movimento negro, não se falava em racismo, eram palavras que não podiam ser ditas na luta sindical" (Silva, 2021). Além deste silenciamento, a narrativa de Ana Célia conta sobre um país que, nas décadas de 60 e 70, está vivendo de forma muito intensa os efeitos violentos das campanhas públicas e privadas, de defesa do mito da democracia racial, que se estendem e se reatualizam até hoje:

> não se falava de racismo [...] eu nunca fiz uma palestra [sobre este assunto no sindicato]. Porque nessa época eu não tinha conhecimento também. Até 68, eu nunca tinha ouvido falar em Zumbi dos Palmares, em quilombos, em insurreições e revoltas. Eu fiquei na universidade, nesses 5 anos que eu fiquei na universidade [...] não se falava de forma alguma na "questão negra" na sociedade. (Silva, 2021)

Em 1970, fez concurso para o ensino médio do estado e ingressou como professora no Colégio Estadual Anísio Teixeira. No Anísio, com o país passando por um dos períodos reconhecidos como mais violentos do regime ditatorial, Ana Célia foi colocada para ensinar Educação Moral e Cívica (EMC), o que representava um grande desafio "principalmente para nós que viemos da faculdade, dos grupos de estudo e do Diretório, nós éramos muito vigiados e nos colocaram exatamente para dar EMC. [...]. Foi terrível. Mas, logo em seguida, ela pontuou: "imediatamente nós fizemos um currículo diferencial de EMC" (Silva, 2021).

Ana Célia criou um novo currículo para a disciplina de Educação Moral e Cívica transgredindo os referenciais bibliográficos indicados pela ditadura militar para compor a ementa e as orientações conservadoras do currículo estabelecido. Este mesmo currículo, que rendeu pra ela uma homenagem numa premiação da Editora Abril Cultural, também lhe custou muito caro na vida profissional:

> Depois que eles viram que eu não estava ensinando com os livros da ditadura eu fui chamada, eu nunca me esqueço disso, na sala do diretor, seu José Raimundo [era militar] que manteve toda a estrutura pedagógica, não mudou nada, uma pessoa fantástica [...] e ele disse assim: "a senhora não vai mais poder ensinar aqui e vai ter que sair de folha de pagamento [...] porque vocês não estão ensinando EMC, estão ensinando algo completamente diferente". Aí eu disse "mas não pode porque esse currículo foi homenageado" [...] "Por isso mesmo, professora, que a gente ficou sabendo e a senhora está fora do ensino médio". (Silva, 2021)

Para uma mulher arrimo de família aquilo foi desesperador (Silva, 2021). A figura daquele professor-diretor que, apesar de militar, foi essencial para negociar um arranjo, que permitiu, depois de algum tempo, que ela retornasse para o ensino no Anísio Teixeira, foi rememorada com muito carinho na entrevista: "Devo isso a Deus, as inquices, voduns e orixás e ao professor José Raimundo" (Silva, 2021).

Avaliando sua atuação como professora no Colégio Estadual Anísio Teixeira, sobretudo nos anos iniciais, Ana Célia pontuou: "não tive muito sucesso em trabalhar sobre relações raciais no Anísio Teixeira, o pessoal não aceitava que eu falasse sobre isso" (Silva, 2021). O assunto interditado se apresentava, contudo, nas vivências cotidianas de docentes negras/os do Colégio: "eu só lembro que os professores negros eram chamados assim "nega fulana", de uma forma afetiva, "nega Giza", aí me chamaram assim, "nega Célia". Aí eu dizia assim "olha, eu sou nega mas meu nome é Ana Célia. Ou você me chama de Ana Célia ou você não fala comigo, certo?". Ela conta isso sem sobressaltos na voz e complementa: "Aí [...] acharam que eu era agressiva; eu não tinha tanto conhecimento ainda" (Silva, 2021).

Esta autoavaliação de "não ter conseguido falar sobre racismo" (Silva, 2021) no Anísio Teixeira deve ser contextualizada junto a sua memória da resistência em relação ao debate racial existente dentro de espaços como aquele colégio público. Além disso, dentro deste balanço em relação a sua atuação docente no Anísio, é interessante notar como o seu processo de conscientização e formação racial foi narrado como fruto do trabalho de organizações negras, as quais ela se aproximou antes de 1978, quando ajudou a fundar o Movimento Negro Unificado:

> [...] eu não tinha tanto conhecimento ainda até *74, quando eu comecei a tomar uma consciência maior a partir do Ilê Aiyê*. Mas eu tive dificuldade [no Anísio]. Eu sei que teve uma semana da cultura [...] eu botei um cartaz com um rapaz dançando capoeira e eu escrevi algumas coisas, que eu não me lembro o que foi, e no outro dia o cartaz estava todo pichado de frases me chamando de "racista" e dizendo como é que eu coloco coisas que não existem no Brasil. Eu só me lembro desse fato. Mas eu não lembro se eu conseguia falar sobre racismo, até quando eu saí a tentativa acho que foi essa, mas eu acho que eu falava porque houve muita reação [...]. Me diziam "oh Ana, por que vocês falam essas coisas? O pessoal não gosta quando você fala essas coisas!". (Silva, 2021, grifei)

O acesso mais profundo ao debate racial e a uma formação crítica centrada nas questões do negro e nas dinâmicas do racismo aparecem ligados, diretamente, a um processo formativo promovido pelos blocos afros de Salvador, como visto na narrativa acima. As referências aos blocos, como o *Ilê Aiyê* e o *Malê de Balê*, foram muito frequentes ao longo de toda a entrevista. Eles surgem como organizações negras que, desde a década de 70, cantam "o currículo que a escola não tem", sendo fundamentais para o desenvolvimento de trabalhos educacionais comunitários e para a formação racial da própria intelectualidade negra na Bahia:

> [...] e a primeira vez na UNEB, que eu já tinha consciência a partir do surgimento do Ilê Aiyê que cantou o currículo que a escola não tem! Você sabe que nós conhecemos a África, eu, pelo menos, através da música do Ilê [Aiyê]. As insurreições, revoltas negras, tudo se conhecia através do Ilê. Porque não tinha nos currículos e não tem em grande parte até hoje. Depois do Ilê, vem o MNU. Eu já entrei lá [na UNEB] militante [...]. (Silva, 2021)

A militância negra surge em sua narrativa de forma imbricada à construção de sua identidade e sua atuação como educadora/professora (Silva, 2023). É por dentro das mobilizações e discussões vividas no movimento negro que Ana Célia construiu os parâmetros éticos, políticos e teóricos de sua práxis como professora e também cultivou sua cabeça de pesquisadora e escritora. Em diálogo com Nilma Lino Gomes (2017), a análise das narrativas de professora Ana Célia da Silva permite entender como espaços políticos negros mais diversos, desde as organizações de blocos afros de Salvador ou as atividades do MNU, são territórios educadores fundamentais para transformação da

inquietação, da raiva (Tate, 2019) e da dor diante da violência anti-negra, experienciada ao longo da vida pela própria Ana Célia, em uma prática política-teórica organizada que orientou tanto uma trajetória de luta e militância da professora, como também as questões que estruturam sua docência, suas pesquisas e escritas. Este processo negro-educador está refletido em suas produções teóricas, como, por exemplo, sobre a formação social brasileira e a crítica à ideologia do embranquecimento (Silva, 1989) e na sua tese de doutorado sobre a representação do negro no livro didático (Silva, 2011).

Professora Ana Célia tem uma trajetória docente composta por diversos projetos e experiências que transcendem os modelos e espaços tradicionais de educação. Esse percurso foi narrado pela professora quando Lindinalva Barbosa pediu que contasse sobre as experiências de educação comunitária vivenciadas por ela: "você já fazia o ensino [de história e cultura africana e afro-brasileira] antes da Lei [10.639/2003], eu lembro que você fez um programa numa escola no bairro do Engenho Velho de Brotas [...] fala um pouco pra gente sobre isso" (Silva, 2021).

Neste momento, Ana Célia destacou duas experiências desenvolvidas por ela por volta da década de 80, enquanto integrante do Grupo de Educação do MNU. A partir de verbas de pesquisas recebidas como integrante deste grupo, ela desenvolveu cursos de formação para professoras de escolas comunitárias e para militantes negras/os, que aconteciam no Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN) em Salvador. "E as escolas comunitárias nos deu uma experiência fantástica!", demarcou Ana Célia. Citou, ainda, diversos nomes de militantes e professoras, que também eram integrantes do MNU, e que estavam junto com ela nesses projetos: "Gildália, que criou mais de 40 salas de aula de alfabetização [...]. Gilda, criadora do projeto Banca, dentro do Ile Aiyê, na escola Mãe Hilda[9] [...] foi uma experiência tão fantástica que os alunos não queriam ir para a escola, só queriam ficar na banca" (Silva, 2021).

A segunda experiência rememorada por Ana Célia destacou a luta pela inclusão de "Estudos Africanos" como disciplina obrigatória nos currículos de escolas públicas

[9] A Escola Mãe Hilda foi fundada pela ialorixá Hilda Dias dos Santos (1923-2009), em 1988, no terreiro Ilê Axé Jitolu, no bairro do Curuzu, em Salvador. "Mãe Hilda exerceu um papel fundamental na criação do Ilê Aiyê e nos projetos de educação que marcam a história do bloco. O espaço do terreiro, utilizado para as reuniões da entidade, também serviu para as aulas de alfabetização das crianças do bairro. [...] Hildelice e a irmã, Hildemária dos Santos (falecida em 2003), foram as primeiras a atuarem como professoras, auxiliando a mãe na concretização do sonho de ver as crianças do Curuzu estudando, enquanto seus pais e mães trabalhavam.". Com uma educação gratuita, a escola é mantida pelo próprio Ilê e, atualmente, funciona na Senzala do Barro Preto, sede própria do Ilê localizada no mesmo bairro, o Curuzu. Disponível em: https://shorturl.ae/ArQLY. Acesso em 08 fev. 2022.

do Estado da Bahia, ainda na década 80. Relembrando, mais uma vez, de diversos nomes de parceiras/os e de organizações negras, como os blocos afros, contou que, com muito constrangimento e insistência frente às instâncias institucionais, conseguiram apoio do então secretário estadual de Educação para criar os cursos de preparação de professoras/es para ensino de Estudos Africanos na rede pública (Silva, 2021).

Junto a outras intelectuais e militantes do MNU, como Vanda Machado, Ana Célia foi professora neste curso, ficando com a incumbência, dada pelo MNU, de ensinar sobre "questões raciais". Uma tarefa difícil, ou como dito por ela, "infame", num curso em que muitos professores acabavam fazendo apenas para "pegar o diploma e se aposentar", como dito por ela: "Como era que eu trabalhava isso? Nos intervalos, na hora do lanche, eu conversava essas coisas, tomava porrada de lá e de cá, mas eu falava e falava, e muita gente entendeu" (Silva, 2021).

Após a realização desse trabalho de formação docente, a disciplina entrou nos currículos de dez escolas públicas do Estado com o nome de "Introdução de Estudos Africanos": "Nós trabalhamos dois anos – 86 a 88 – sem a mínima condição, a Secretaria não dava um papel." (Silva, 2021). Após dois anos, militantes e docentes envolvidas/os decidiram encerrar essa experiência pelo descaso do estado baiano com uma iniciativa que, desenvolvida ainda na década de 80, foi pioneira no ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas públicas do Brasil (Silva, 2021).

Navegar por suas memórias é encontrar-se com um *fazer docente forjado na luta* pela construção de uma outra educação. Uma luta que se faz, entre muitas estratégias, pela desobediência ante os currículos, formação de base e desenvolvimento de projetos pioneiros de enfrentamento ao epistemicídio no cenário educacional brasileiro. As reconstruções dos seus caminhos contam experiências precursoras da política educacional que, mais tarde, também pela ação de professoras e intelectuais negras, como Petronilha Silva, foram materializadas pela Lei nº. 10.639 de 2003: "A Bahia foi o primeiro estado do Brasil que implementou, antes da Lei nº. 10.639, a disciplina de "Introdução de Estudos Africanos" e trabalhou dentro do currículo, e tá lá até hoje [a disciplina, a ementa], no ensino fundamental e médio" (Silva, 2021).

Quase 20 anos depois da formatura em Pedagogia, professora Ana Célia ingressou no mestrado em Educação na Universidade Federal da Bahia, finalizado em 1988:

> [...] eu já entrei lá militante [...]. Veja só: eu termino em 68 a graduação e eu só entro para o mestrado em 86 [...] insuflada pela professora Maria de Lourdes Siqueira que me obrigou praticamente a entrar no mestrado. Lutou, lutou para que eu fosse aceita no mestrado. Os professores diziam que eu tinha muita idade [...] e eu passei muito bem. Isso significa o quê? Que nós militantes tínhamos a preocupação em fazer militância [...] e de repente, o Grupo de Mulheres [do MNU], em todo o Brasil, decidiu voltar, e nós fomos fazer o mestrado. Você vê que [este retorno para a universidade/academia] é simultânea à transformação da universidade nas discussões das questões negras. [...] Nós voltamos [...] quase 20 anos depois. (Silva, 2021)

Em 1994, depois de mais de 20 anos de exercício docente no Colégio estadual Anísio Teixeira (Silva, 2017), se aposentou e, no mesmo ano, foi aprovada no concurso para Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB): "eu já cheguei lá com o livro". Neste momento da entrevista, Ana Célia mostrou o livro "A discriminação do negro no livro didático", atualmente em sua terceira edição, fruto de sua dissertação de mestrado. Em 2001, defendeu a tese de doutorado intitulada "As transformações da representação social do negro no livro didático e seus determinantes", publicada também como livro (Silva, 2017).

Como sinalizado anteriormente, sua produção intelectual é bastante vasta. Dedicando-se, especialmente, ao debate sobre as relações raciais no campo da educação, desenvolveu discussões sobre as implicações do racismo no processo educativo, o branqueamento/branquitude da educação brasileira, a atuação do Ilê Aiyê para redefinição do Movimento Negro, a atuação do Movimento Negro no ensino nas escolas, entre outras reflexões em torno das relações étnico-raciais desenvolvidas em artigos, capítulos de livros, livros, produções técnicas ou artigos de jornais/revistas (Silva, 2017).

Ao lado de suas produções científicas, a escritora Ana Célia tem diversas poesias publicadas. E foi por meio de uma de suas poesias que escolheu finalizar a entrevista. Além de "Pra Gostar de ser", posta como epígrafe deste tópico, "Mania", publicada nos Cadernos Negros[10], é recitada como ato de encerramento daquele encontro sobre suas

[10] Criado em 1978, Cadernos Negros é uma produção literária negra organizada pelo Quilombhoje. Contando com contos e poemas este é um veículo de visibilização e divulgação da escrita de intelectuais negras/os do Brasil. Além disso, Cadernos Negros "também vem se tornando um instrumento para o exercício da lei 10639/11645, pois se constitui numa fonte extremamente rica para veiculação da cultura, do pensamento e do modo de vida dos afro-brasileiros", conforme apontado pela própria organização

memórias de vida e de construção de si como uma militante, professora e intelectual negra:

> Que mania é essa da gente?
> Mania de ser feliz, amado, acarinhado.
> Seria tão bom não ter esses desejos.
> Viver, dever e ser
> Dormir, trabalhar e divertir-se
> Cruzar como os bichos, em tempo certo,
> e morrer docemente sem saudades. (Silva, 2021)

Ao terminar de recitar, Ana Célia da Silva ponderou: “Em realidade, isso mesmo que eu sempre quis que fosse a minha vida. Mas não deu.” (Silva, 2021).

A docência negra como um ato de rasura e resistência

Analisando a poética negra, Ivana Freitas afirma que a “intertextualidade é constantemente utilizada pela poesia negra brasileira com o objetivo de rasurar a memória, a história e a literatura reconhecida como oficial” (Freitas, 2015, p. 21). A literatura/poesia negra, “ressignificando o fazer literário, recriando-o a partir de bases do acervo cultural africano e afro-brasileiro” rasura “o fazer que antes se constituía em consonância com a norma somática dominante” (Freitas, 2015, p. 20) e, por isso, dela emerge a afirmação do sujeito negro: “um eu-enunciador que se quer negro e conta uma nova história da população negra brasileira” (Freitas, 2015, p. 20). Por esses caminhos, a partir desta noção de rasura, que irei pensar as memórias e experiências docentes de professora Ana Célia.

Provocada a contar suas experiências como docente na UNEB, universidade pública onde lecionou por muitos anos, professora Ana Célia apontou: “Experiência muito boa em termo de denúncia, de implementações, mas também foi uma experiência muito traumática, muito dolorida [...] Foi muito doloroso [...] muito doloroso!” (Silva, 2021). É interessante perceber como desde esta sua retrospectiva inicial, ela posiciona sua docência num lugar complexo, vivido dentro de um balanço de dores e conquistas.

Quilombhoje. Disponível em: https://www.quilombhoje.com.br/site/cadernos-negros/. Acesso em 29 mar. 2026.

Assim, suas memórias partilhadas revezam e se entrelaçam, a todo tempo, entre traumas e rasuras.

As dores são contadas a partir de cenas de racismo-sexismo vividas cotidianamente dentro do território universitário. A vivência em espaços como a universidade a partir de um corpo-negro-feminino é marcada por uma sensação de estar a todo tempo em *estado de alerta* (Avelar, 2023). Isto está fortemente relacionado com dinâmicas de dominação e imaginários racializados sobre nós, mulheres negras, que acabam comumente nos deslegitimando diante de lugares conquistados e nos confinando em espaços-lugares de subserviência.

Patricia Hill Collins (2019, p. 135), pensando estas "imagens estereotipadas da condição da mulher negra" "como parte de uma ideologia generalizada de dominação", destaca o poder que é "a autoridade para definir valores sociais" exercido por "grupos de elite" ao manipularem "ideias sobre a condição de mulher negra". A branquitude acadêmica diante deste Outro, no exercício de seu poder-autoridade de renomeação/definição se relaciona conosco a partir de seu imaginário fortemente racializado. Professora Ana Célia relembra que apesar de ter muitos anos de atuação dentro da mesma universidade, havia sempre dúvidas, por parte de seus pares, sobre a função que ela exercia. Ela relembra, ainda, como o estereótipo da "macumbeira" era mobilizado pela branquitude, que também acabava perturbada por ele.

Constrangida por um diretor da UNEB que não sabia se ela era "professora ou aluna do mestrado" (Silva, 2021), contou da situação em que foi exigida a apresentar um relatório que explicasse e comprovasse todas as suas atividades como professora da pós-graduação. Ana Célia, mesmo com todo "abafa, abafa...deixa isso pra lá" (Silva, 2021), resolveu levar este episódio de racismo para as instâncias internas daquela universidade. Chegando até o Conselho, órgão deliberativo máximo, Ana Célia teve que recontar em público, com detalhes, todo o constrangimento que tinha vivido. No dia seguinte a esta reunião do Conselho, o diretor foi hospitalizado, ficando sete dias internado: "Aí disseram que eu tinha feito '*algo*' [...] e aí eu disse: 'eu não fiz nada! Eu só fiz dizer o que ele fez, em público, porque todo mundo tinha que saber'". Deste dia em diante, comenta ela, o diretor passou a tratá-la de forma mansa: "porque ele pensou que eu tinha feito *algo* que eu não fiz pra ele" (Silva, 2021).

Suas memórias denunciam experiências de desacolhimento e falta de reconhecimento por parte da institucionalidade e dos colegas/pares brancos de docência e de projetos de pesquisa e extensão. Relembrando um dos primeiros dias dentro da UNEB, Ana Célia conta que, numa reunião com docentes, ela apresentou seu livro "A discriminação do negro no livro didático", fruto de sua dissertação de mestrado publicada pela editora da UFBA (EDUFBA). Nesta ocasião, escutou de uma colega professora: "'isso daí que você faz não é ciência! Assim mesmo, em plena reunião. Eu disse: 'como assim não é ciência se a UFBA aceitou a defesa e publicou?'. 'É que a UFBA não é mais a mesma!' [...] Todo mundo ficou em silêncio, ninguém disse nada porque todo mundo concordou." (Silva, 2021).

Para além dos corredores, das salas de aula, das reuniões docentes, o racismo-sexismo também é sentido diante das ementas/currículos dos cursos e seus componentes. Sem perder de vista que esta dinâmica epistemicida (Carneiro, 2005) tem a ver com um projeto de Estado brasileiro, indo muito além de muros institucionais específicos, professora Ana Célia reflete como o branqueamento dos instrumentos educacionais é um importante método de manutenção das dinâmicas sociais brasileiras dentro de hierarquias racializadas: "Por que é que não é contemplado 'Estudos Africanos' no currículo? É por acaso? Será que o Estado brasileiro é suicida para mostrar a raiz do povo que é maioria do país? Se você conhece a sua história, você não vai se deixar escravizar ou subordinar. Eles não vão dar a nossa história!" (Silva, 2021).

Ao lado das memórias de dor, aquela intelectual demarca também a longa trajetória docente a partir de uma narrativa de luta, resistência e transformação. Nas universidades, dominadas por uma "moralidade branca" (Mills, 2023), o corpo negro-feminino de professora Ana Célia surge em diversos momentos narrativos como um instrumento de rasura cotidiana.

Ao relembrar sua trajetória formativa ela traz para a cena da entrevista diversos espaços que vão muito além daqueles espaços formais de educação. Além da escola e da universidade, a narrativa de Ana Célia aponta organizações, projetos e espaços comunitários forjados pelo Movimento Negro. Tanto como aprendiz, como também como educadora, ela relembra de toda uma trajetória junto às organizações negras dos blocos afros de Salvador, como o Ilê Aiyê, Malê de Balê, Muzenza, Ara Ketu e Olodum. O Ilê Aiyê, inclusive, foi responsável por formá-la e formar muitas gerações em diversos aspectos fundamentais. É através do "currículo cantado" pelo Ilê Aiyê,

fundado em 1974, que se adquire consciência e se conhece a "África [...] insurreições e revoltas negras", conhecimentos não ensinados "pela escola", como narra Ana Célia (Silva, 2021).

Forjada por esta encruzilhada de perspectivas e tradições distintas, a professora é tanto raiz fundadora como fruto do "Movimento Negro educador" (Gomes, 2017). Isto repercute muito no seu fazer docente, já que os saberes apreendidos naqueles outros espaços foram levados por ela para dentro dos espaços formais de ensino. Isto fica bem exemplificado por seu enfrentamento à representação negativa em relação ao negro, marca de sua prática docente. Para ela, a mobilização da autoestima dos estudantes negros/as é uma questão que merece forte preocupação pedagógica. Nas construções dos cursos, nos debates em sala, sempre foi permanente a sua preocupação de fazer com que o outro sujeito envolvido no processo de ensino-aprendizagem fosse provocado a experimentar uma reeducação sobre si:

> porque se eu começo a gostar de mim, a ver a minha importância, a reconhecer a beleza e a riqueza na diferença, a destruir essa imagem que fazem de nós negativa e extrair de dentro de nós essa imagem do branco como superior, bonito e capaz. Ele [o branco] é tanto quanto nós, nós não somos menores do que branco, amarelo [...]. Mas temos que repassar pela reconquista da nossa autoestima – nisso eu vou morrer lembrando Frantz Fanon. Se nós gostarmos de nós próprios, nós vamos gostar do nosso outro, nós não vamos ficar em casa quando soubermos que alguém foi executado, nós iremos pra rua. (Silva, 2021)

A rasura da representação negativa também fica nítida no que chamo de uma *metodologia a contrapelo* colocada em prática pela professora Ana Célia (Avelar, 2023). Refletindo sobre a possibilidade de um ensino a partir da *re-leitura* ou *des-leitura* dos livros didáticos tradicionais, preenchidos de valores e imagens da branquitude, ela relembrou de estratégias que foram tecidas por ela dentro dos espaços formais de educação:

> Aí você pergunta: "você já viu essa família?" [E as/os alunos respondem:] "Já! A patroa de minha mãe [tem uma família assim]...". [E você questiona]: "Mas só tem essas [famílias]?". [E respondem:] "Não!" "Então, vamos desenhar as outras?". [...] Aí as famílias invisibilizadas aparecem! [...] E o

> livro didático se torna um instrumento de desconstrução de estereótipos e discriminação e se torna [...] uma ferramenta de reconstrução. (Silva, 2021)

Há ainda uma rasura da própria dimensão espacial da sala de aula que a partir de seu fazer docente se amplia para outros espaços. Como nos conta professora Ana Célia, diante da resistência da branquitude e dos apagamentos sobre raça e gêneros nas ementas e currículos oficiais, ela sempre buscou trabalhar as relações raciais, ainda que estas trocas tivessem que acontecer nas brechas, "nos intervalos, na hora do lanche" (Silva, 2021).

Foram muitas vezes que também foi preciso ir além das brechas, enfrentando os silêncios raciais, de gênero e sexualidade de maneiras mais enérgicas. "Por que está a história nossa em grande parte do currículo? Porque estamos lá! Existe o *currículo paralelo* desde [a década] 30 que permeia toda a educação brasileira, sempre tem uma pessoa lá falando sobre negro, sobre indígena, sobre LGBTQIA+, sempre tem pessoa discutindo isso na sala! Sempre tem!" (Silva, 2021).

Inventora de um outro currículo de Educação Moral e Cívica na educação básica do Anísio Teixeira, como apontado, professora Ana Célia é responsável por transgressões curriculares também dentro da UNEB. Como docente do curso de pedagogia daquela instituição, implementou uma disciplina voltada para o ensino sobre a história da África e da cultura afro-brasileira que se tornou obrigatória; criou uma linha de pesquisa dentro do debate das relações étnico-raciais e educação e, no mestrado, reativou o componente "Educação e desigualdades", atualmente chamada de "Educação e relações étnico-raciais", disciplina que "ninguém queria ensinar", nem "existia mais no currículo", mas no momento que foi anunciada teve uma grande demanda de inscrição por parte dos discentes (Silva, 2021).

Neste sentido, afirmo o fazer-docente de professora Ana Célia como uma atuação de resistência exercida por rasura: rasura do corpo-docente, do currículo, dos marcos teóricos e da política epistemicida de desacolhimento/deslegitimação de corporalidades negras produzidas nos cotidianos institucionais e não institucionais da sociedade brasileira. Por dentro dos espaços formais, a prática docente de Ana Célia rasura "a memória, a história e a literatura reconhecida como oficial" (Freitas, 2015, p. 21), impulsionando uma outra visão sobre ser negro/a, apresentando teóricos e sujeitos de saber para além daqueles comumente apresentados pelos currículos, reinventando

formas críticas de ler e interpretar os textos cobertos de silêncio sobre negritude e ampliando os espaços de formação para além da sala de aula tradicional.

Considerações finais

Neste artigo, analisei as narrativas biográficas da professora Ana Célia da Silva, buscando qualificar a compreensão da docência negra como um ato de resistência e rasura. A partir da atividade "A docência negra no ensino superior no Brasil", realizada pelo Coletivo Luiza Bairros (CLB), em que diferentes professoras negras foram entrevistadas, e acompanhada como atividade de campo de minha pesquisa de doutorado, me reencontrei com a trajetória de Ana Célia. O CLB é uma articulação negra, composta por docentes, técnicas/os e discentes da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com atuação central nos últimos anos para o enfrentamento do racismo institucional na universidade.

Revisitar os registros das narrativas e memórias feitos ao longo de minha pesquisa de doutorado e refletir, neste novo momento, sobre aquelas experiências narradas, foi um importante exercício político-teórico de, mais uma vez, visibilizar a trajetória de uma mulher-negra intelectual, militante e docente e enfrentar as práticas acadêmicas epistemicidas (Carneiro, 2005) que silenciam e marginalizam as trajetórias, experiências e as agências de sujeitos negros, sobretudo de mulheres negras.

Além disso, revisitar os registros daquele campo também acabou sendo um exercício de visibilização das memórias e trajetórias de outro sujeito, o Coletivo Luiza Bairros (CLB). Apesar da grande importância do CLB na cena política universitária da Universidade Federal da Bahia (UFBA), ainda há poucas pesquisas que abordam sua atuação, sendo fundamental aprofundar as análises dos impactos e da relevância de redes, coletivos e grupos negros que, como o CLB, atuam dentro dos espaços institucionais acadêmicos (Guimarães; Rios; Sotero, 2020; Almeida; Figueiredo, 2022). Em alguma medida, este trabalho, através de um exercício de um duplo exercício de memória – de professora Ana Célia e do próprio CLB – também buscou enfrentar a lacuna e o silenciamento sobre estas experiências negras coletivas.

A trajetória biográfica da professora Ana Célia foi costurada a partir de um retorno à transcrição, anotações e registros de sua entrevista realizada dentro da atividade do CLB, sem deixar de lado os escritos desta intelectual, como sua recente

autobiografia (Silva, 2023), textos clássicos em publicações do movimento negro (Silva, 1989) e seus estudos sobre a discriminação (Silva, 2010) e a representação do negro no livro didático (Silva, 2011).

Na trajetória biográfica contada por Ana Célia da Silva, sua vida é narrada tanto por fragmentos e detalhes que também acabam por dar conta e um cenário mais macro sobre a vida política e social brasileira. Em diálogo com o que as pesquisadoras Colling, Magalhães e Rocha (2023) refletem, analisar "as vivências pedagógicas" e políticas de Ana Célia Silva é ir mais além do que recontar as especificidades de uma trajetória docente. As narrativas e memórias de uma mulher negra, pedagoga nos anos de 1960, mãe e "arrimo de família", integrante de diretório estudantil e de sindicato de professores em plena ditadura militar, professora da educação básica, militante do movimento negro, mulher de axé, mestra e doutora, docente do ensino superior público, se misturam às memórias de um país e seus processos sociais e formativos.

A ousadia em desafiar os silenciamentos que impossibilitava de falar em "racismo" e "movimento negro" foi costurada em muitos momentos da vida de Ana Célia, que reinventou currículos, trabalhou como educadora com blocos afro de Salvador, organizou cursos de formação de professores e atuou como docente tanto na educação pública tanto na educação básica, como no ensino superior. Seguindo as pistas e reconstruções da trajetória da professora, intelectual e militante Ana Célia da Silva, este artigo buscou evidenciar as memória e narrativas desta mulher-negra como espaços fecundos para pensar, além da construção da identidade subjetiva-profissional, dinâmicas mais amplas de transformação social e de construções cotidianas e coletivas de resistência e enfrentamento às dinâmicas raciais brasileiras.

Referências

ALMEIDA, Weder Bruno de; FIGUEIREDO, Angela. *Ações afirmativas e ciências sociais na UFRB: tensões e transformações na produção do conhecimento*. Revista brasileira de Sociologia, v. 10, n. 26, p. 17-40, set./dez. 2022.

AVELAR, Laís da Silva. *Docência negra*: *etnografando experiências de professoras negras do direito.* 2023. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARRASCOSA, Denise. *Arguição oral na defesa da tese* "*Docência negra: etnografando experiências de professoras negras do direito*", da candidata Laís da Silva Avelar, no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 17 nov. 2023.

COLETIVO LUIZA BAIRROS (CLB). *Manifesto de fundação do Coletivo Luiza Bairros*, 16 out. 2017. Disponível em: https://medium.com/@coletivoluizabairros/manifesto-de-funda%C3%A7%C3%A3o-do-coletivo-luiza-bairros-44848741911e. Acesso em: 10 jan. 2022.

COLETIVO LUIZA BAIRROS (CLB). *Manifesto pelo enegrecimento do corpo docente da UFBA*, 09 mar. 2018. Disponível em: https://medium.com/@coletivoluizabairros/manifesto-pelo-enegrecimento-do-corpo-docente-da-ufba-2f8bc0d73810. Acesso em: 10 jan. 2022.

COLLING, Sandra Maria; MAGALHÃES, Magna; ROCHA, Ana Luiza. *Trajetórias de professoras aposentadas: relações, marcos e impactos*. Estudios históricos – CDHRPyB, Uruguay, ano XV, n. 30, p. 1-25, dec. 2023.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro*: *conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONCEIÇÃO, Jônatas. Prefácio à 1ª Edição. *Na escola a professora tinha sangue azul*. *In:* SILVA, Ana Célia da. Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático. SciELO - EDUFBA. Salvador: Scielo-EDUFBA, 2010. Edição do Kindle, posição 69-84.

FREITAS, Ivana Silva. *O ponto e a encruzilhada: a poesia negra rasurando a memória, a história e a literatura oficial através da intertextualidade*. Tese (Doutorado em Letras), Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro educador*: *saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petropólis: Vozes, 2017

GUIMARÃES, Antonio Sérgio; RIOS, Flávia; SOTERO, Edilza. *Coletivos Negros e novas identidades raciais*. Novos estudos *CEBRAP*, v. 39, n. 2, p. 309–327, mai. 2020.

LEAL, Ondina. *Paisagem etnográfica: imagens, inscrições e memória nos cadernos de campo*. Iluminuras, Porto Alegre, v. 14, n. 34, p. 62-84, ago./dez. 2013.

MILLS, Charles W. *O contrato racial.* Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

SILVA, Ana Célia da. *A Docência Negra no Ensino Superior no Brasil - Memórias da Profa. Dra. Ana Célia Silva. [Entrevista cedida a] Lindinalva Barbosa*. Canal Coletivo Luiza Bairros, 29 out. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ixKYSKQWo28. Acesso em: 29 out. 2021.

SILVA, Ana Célia da. *A representação social do Negro no Livro Didático*: *o que mudou? Por que mudou?* Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Ana Célia da. *Currículo Lattes***,** 15 set. 2017. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/7501565836028985. Acesso em: 10 fev. 2022.

SILVA, Ana Célia da. *Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático*. SciELO - EDUFBA. Salvador: Scielo-EDUFBA, 2010. Edição do Kindle.

SILVA, Ana Célia da. *Fragmentos de mim*. Salvador: Editora Katuka, 2023.

SILVA, Ana Célia da. *Ideologia do embranquecimento*. *In:* LUZ, Marco Aurélio (org.). Identidade negra e educação. Salvador: Inamá, 1989. p. 53-63.

SOUZA, Florentina. *A Docência Negra no Ensino Superior no Brasil - Memórias da Profa. Dra. Florentina Souza.* [Entrevista cedida a] Hilda França. Canal Coletivo Luiza Bairros, 30 jul. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pJXoO_mOKgg. Acesso em: 30 jul. 2021.

TATE, Shirley Anne. *Descolonizando a raiva: a teoria feminista negra e a prática nas universidades do Reino Unido*. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 183-202.